

O que funciona e o que não funciona na economia brasileira:

Entenda a farsa¹

Ladislau Dowbor²
Bruno Barbosa Cezar³
(Texto alterado em 8/11/2021)

From 2003, the country has become recognized for its success in reducing poverty and inequality and its ability to create jobs.
World Bank, 2016⁴

What happened to Brazil? BBC News explores the crisis years of 2013-2018 in Brazil and looks at how the dreams of a better future disappeared.
BBC, 2019⁵

A compreensão das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas nas últimas duas décadas tem sido obscurecida por argumentos ideológicos. O eixo principal do raciocínio sugerido, e repetido inúmeras vezes na mídia e nos pronunciamentos políticos, é de que o modelo de desenvolvimento de 2003 a 2013, cujo sucesso é inegável, se baseou numa conjuntura favorável do mercado internacional de commodities, e em particular no uso irresponsável de transferência de recursos para a massa de pobres do país, literalmente “quebrando as contas públicas”. Esse primeiro argumento é frágil, pois no Brasil as exportações representam cerca de 10% do PIB, e a dinâmica econômica resulta, em 90%, do mercado interno. O argumento do “céu de brigadeiro” é essencialmente utilizado para fins políticos, visando obscurecer a eficácia de políticas distributivas.

¹ O presente texto é o Capítulo VI do livro *Covid-19: Economia, Sociedade e Território*, organizado por Gabriel Rossini, a ser publicado pela UFABC em dezembro de 2021. Aqui disponibilizamos online para consulta e discussão. (O título original para o livro é *Muito além da pandemia: dois modelos em conflito*)

² Ladislau Dowbor é professor titular da PUC-SP, nas pós-graduações em Economia e em Administração, consultor de diversas agências da ONU, e autor de numerosos livros e estudos técnicos, disponíveis em <http://dowbor.org>. Contato ldowbor@gmail.com.

³ Bruno Barbosa Cezar é economista formado pela FEA-PUC/SP. Atualmente é mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da PUC-SP (linha Organizações e Sociedade).

⁴ A partir de 2003, o país foi reconhecido pelo seu sucesso em reduzir a pobreza e a desigualdade e sua habilidade em criar empregos. (World Bank, 2016, p.xxi). Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/239741467991959045/pdf/106569-SCD-P151691-PUBLIC-non-board-version.pdf> Acesso em 25.07.2020.

⁵ O que aconteceu com o Brasil? A BBC News explora a crise dos anos 2012 a 2018 no Brasil, e observa como os sonhos de um futuro melhor desapareceram. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/programmes/n3ct5fgr> Acesso em 25.07.2020.

O objeto do presente capítulo é esclarecer o segundo argumento, de que “a boa dona de casa só gasta o que tem”, de que “ajudar os pobres” constituiria demagogia populista, e de que de toda forma o modelo distributivo seria limitado, pelo “esgotamento do consumo de massa” como vetor de crescimento econômico. Como a partir de 2014/2015 houve uma profunda inversão do modelo, passando-se da fase distributiva para o modelo de austeridade que prometeu equilibrar as contas públicas e promover o desenvolvimento, uma sistematização dos principais indicadores de cada fase parece ser particularmente instrutiva: são dois modelos claramente contrastantes.

Uma questão importante é a periodização: até quando dura o modelo distributivo, e a partir de que momento o modelo se inverte. Formalmente o golpe se consuma em abril de 2016, mas a verdade é que com as manifestações de 2013, amplamente recuperadas e direcionadas pelas oligarquias, o endividamento das famílias pelos altos juros, a paralisia política de 2014 com a Operação Lava-Jato dominando todo o debate, e gerando impactos econômicos profundos pela paralisia de algumas das maiores empresas do país, e isso num clima de guerra eleitoral, é de bom senso adotar a periodização do próprio Banco Mundial, que se refere ao período 2003 a 2013 como sendo “a década dourada” da economia brasileira.

Como bem disseram na época, na eleição de 2014, a Dilma “se levar, não vai governar”. Há uma forte convergência de fatores para se adotar essa periodização mais realista, de 2003 a 2013 para o modelo distributivo, e de 2014 a 2019 para o modelo concentrador. O ano de 2020, em que o PIB caiu 4,1%, já com impacto da Covid-19 e numa conjuntura diferente, será abordado marginalmente, ainda que o primeiro semestre confirme os nossos argumentos.

A fase distributiva ainda é forte em 2014, mas com um cerco cada vez mais forte. Como o processo do golpe se estende, sangrando o governo, até 2016, foi politicamente importante para os golpistas poderem atribuir a recessão de 2015/2016 à própria política distributiva. As forças que promoveram o golpe se apresentariam assim como salvadoras, em oposição a um modelo que teria quebrado as contas públicas. A realidade é que o segundo mandato da Dilma já enfrenta uma grande ofensiva política, e os catastróficos anos 2015 e 2016, somando uma queda de 7% do PIB, foram seguidos de uma paralisia econômica que se mantém até inclusive o primeiro trimestre de 2020.

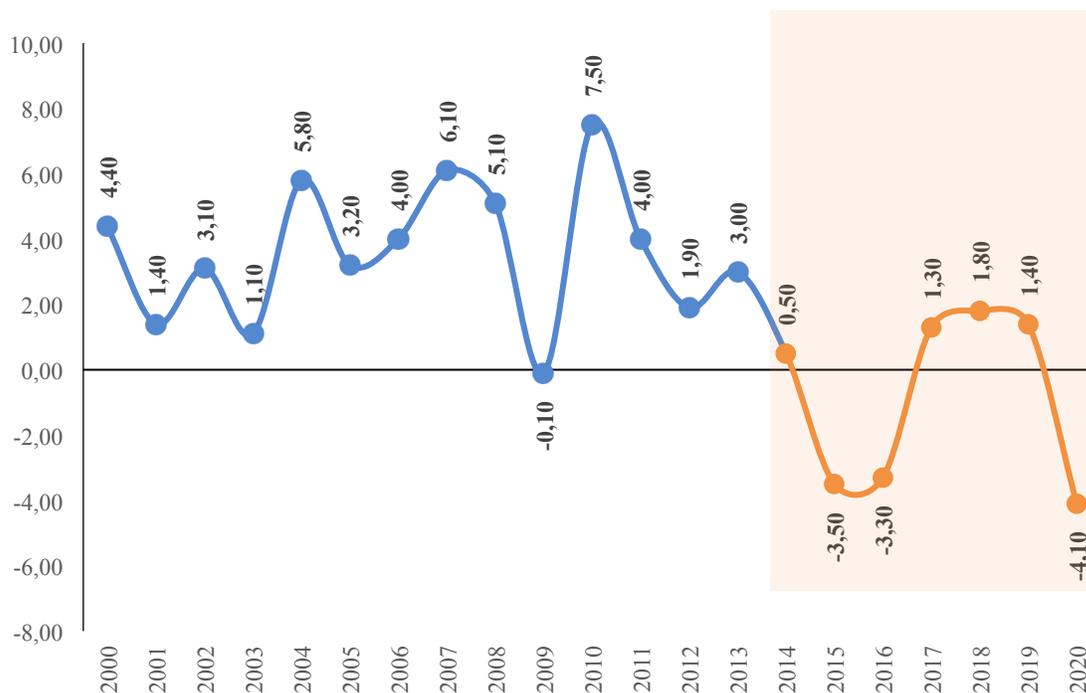
Ainda que o ano de 2014 tivesse mantido políticas distributivas, pode ser considerado como ano de transição, e daí em diante temos uma outra dinâmica, chamada de “austeridade”, termo equívoco pois não define austeridade de quem, mas que traz uma conotação de seriedade e de responsabilidade. De toda forma o essencial para nós não é quem está formalmente no poder – e a quem culpar – e sim que modelo está sendo aplicado, distributivo ou concentrador. Fechamos a série estatística em fim de 2019, já que com a pandemia as referências mudam, ainda que o primeiro trimestre de 2020, que apresentou uma queda de 1,5% do PIB, seja significativo, pois ainda não havia impacto econômico pleno resultante da disseminação da Covid-19 no Brasil e em parte do mundo⁶.

Na sequência iremos apresentar e comentar brevemente alguns dos principais indicadores, tomando como referência as décadas de 2000 e 2010. A ideia geral é fornecer os dados sempre a partir de fontes oficiais. O uso de fontes primárias de informação é essencial, frente à polarização política que vivemos, e à suspeição que resulta. Apresentaremos um indicador de cada vez, para facilitar a interpretação.

Cada gráfico é acompanhado do link para a fonte, permitindo ao leitor verificar como os dados foram transpostos para o presente capítulo. O formato que adotamos é de apresentar os sucessivos gráficos, seguidos dos respectivos comentários.

⁶ Sobre as consequências da crise econômica e sanitária ver os seguintes capítulos deste livro: (i) *A crise econômica da Covid-19 e o mundo pós pandemia*; (ii) *Estado, mercado e a difícil travessia no mundo contaminado*; (iii) *Desglobalização, globalização e pandemia: impasses atuais da economia-mundo capitalista*.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Var. % a.a.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>. Acesso em 16/05/2021.

Tomando-se por referência os anos de política distributiva, de 2003 a 2013, portanto 11 anos, o crescimento médio do PIB foi de 3,8% ao ano, bastante elevado, inclusive considerando a crise internacional de 2008 e seu reflexo na irregularidade da curva. O ano de 2013 ainda apresenta um crescimento significativo, mas o período de 2012/2013 reflete a tensão pela tentativa de governo de reduzir as taxas de juros tanto da Selic quanto para pessoa física e pessoa jurídica, desencadeando o início da ofensiva contra o governo. Veremos os dados das taxas de juros mais adiante.

A avaliação do Banco Mundial sobre o período é significativa: “Até o final dos anos 1990, houve pouco progresso na redução das desigualdades de renda no Brasil, mas na década passada o progresso socioeconômico do Brasil foi notável e notado internacionalmente. De 2003 em diante, o país foi reconhecido pelo seu sucesso em reduzir a pobreza e a desigualdade e a sua habilidade em criar empregos. Políticas inovadoras e

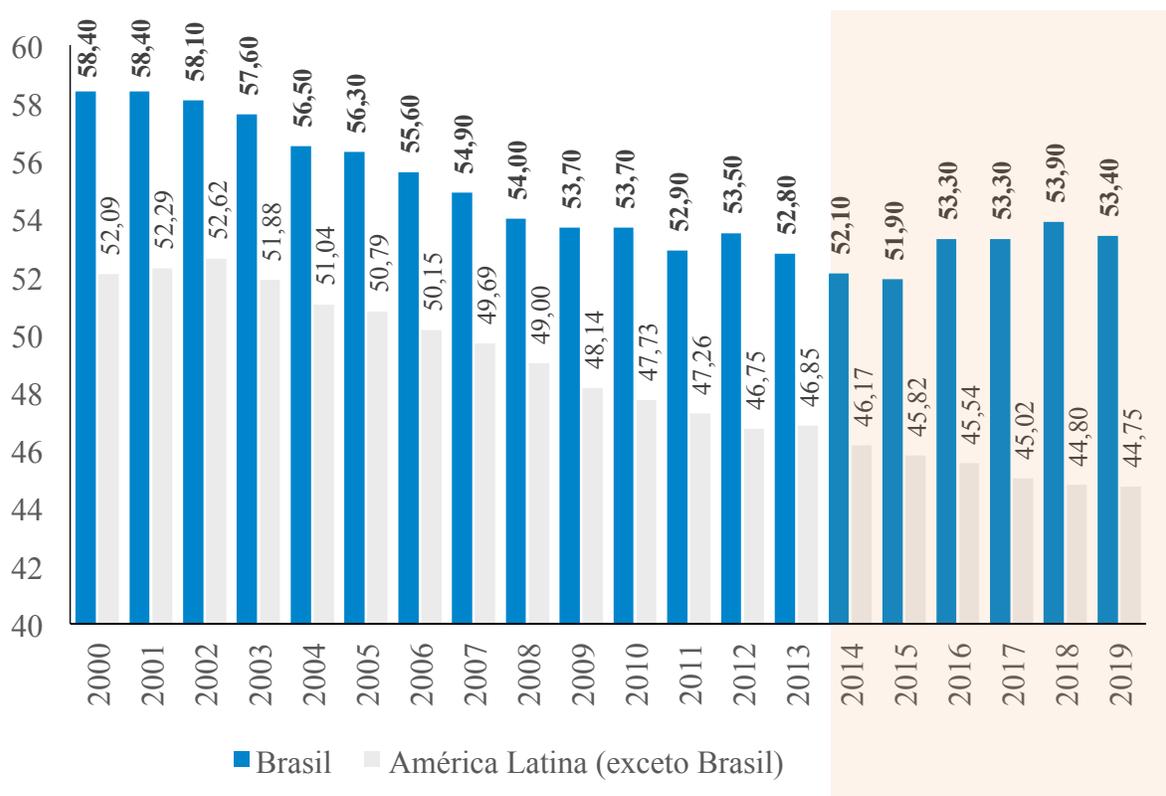
efetivas de redução da pobreza e de inclusão de grupos previamente excluídos tiraram milhões de pessoas da pobreza”⁷ (World Bank, 2016, p. 21).

O que constatamos no gráfico 1 é que tirar os pobres da pobreza dinamizou o crescimento econômico. E o processo se manteve durante 11 anos, com contas equilibradas, conforme veremos adiante. Uma década de desenvolvimento sustentado implica que o modelo é estruturalmente coerente.

No período de 2014 a 2019, são seis anos de paralisia econômica, em que a cada ano se afirmava que o ano seguinte seria o da retomada. Na realidade, a média do período é negativa, -0,4% ao ano. Mesmo excluindo 2015 e 2016, os últimos 3 anos, de 2017 a 2019, apresentam uma estabilização em torno de 1%, o que descontando 0,8% de crescimento da população, significa que em termos de resultado econômico real estamos estagnados. Note-se ainda que o primeiro trimestre de 2020, portanto o último período anterior à pandemia, apresentou recuo do PIB trimestral, de -1,5%. São seis anos de paralisia econômica.

⁷ “Until the late-1990s, little progress was made in reducing income inequalities in Brazil, but in the past decade Brazil’s socioeconomic progress has been remarkable and internationally noted. From 2003, the country has become recognized for its success in reducing poverty and inequality and its ability to create jobs. Innovative and effective policies to reduce poverty and ensure the inclusion of previously excluded groups have lifted millions of people out of poverty.” (World Bank, 2016, p. xxi). Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/239741467991959045/pdf/106569-SCD-P151691-PUBLIC-non-board-version.pdf> Acesso em 25.07.2020.

Gráfico 2 – Coeficiente de Gini: desigualdade de renda



Fonte: World Bank. World Development Indicators (WDI). Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW>. Acesso em 16/05/2021.

O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta, e sobressai inclusive na América Latina, que é o subcontinente mais desigual do mundo. O coeficiente de Gini é internacionalmente utilizado para medir a desigualdade, caindo, na tabela acima, de 57,6 em 2003 para 52,8 em 2013, queda muito significativa, mas que ainda nos mantém entre os 10 países mais desiguais do mundo. Para termos pontos de referência, os Estados Unidos estão se tornando muito mais desiguais, e o seu Gini está piorando, já acima de 40, enquanto os países europeus, mais igualitários, têm o Gini na faixa dos 30. A África do Sul, que carrega a herança do apartheid, tem um Gini na faixa de 60. Trata-se aqui da desigualdade de renda. A desigualdade de patrimônio no Brasil, que não aparece neste gráfico, é incomparavelmente pior, na faixa de 80. No Brasil 6 pessoas têm mais patrimônio acumulado do que a metade mais pobre do país.

A característica principal do Brasil na fase distributiva é que todas as faixas da população melhoraram a sua renda, e os mais pobres melhoraram de maneira mais acelerada. Mas em termos de patrimônio, os ricos, diferentemente dos que têm renda muito baixa, não precisam gastar tudo o que recebem, e transformam o excedente de renda em aplicações financeiras, o que para fortunas elevadas gera um retorno muito elevado. E quanto maior a fortuna, mais lucros financeiros e dividendos são gerados, o que caracteriza o chamado efeito bola-de-neve. O banqueiro Joseph Safra, por exemplo, viu o seu patrimônio aumentar de 75 bilhões de reais para 95 bilhões de reais em 12 meses, entre 2018 e 2019, segundo o estudo da Forbes sobre os bilionários brasileiros. Entre 2018 e 2019 os 206 bilionários brasileiros aumentaram as suas fortunas em 230 bilhões de reais, numa economia estagnada, extraindo da economia produtiva o equivalente a cerca de 8 vezes o valor do Bolsa Família.

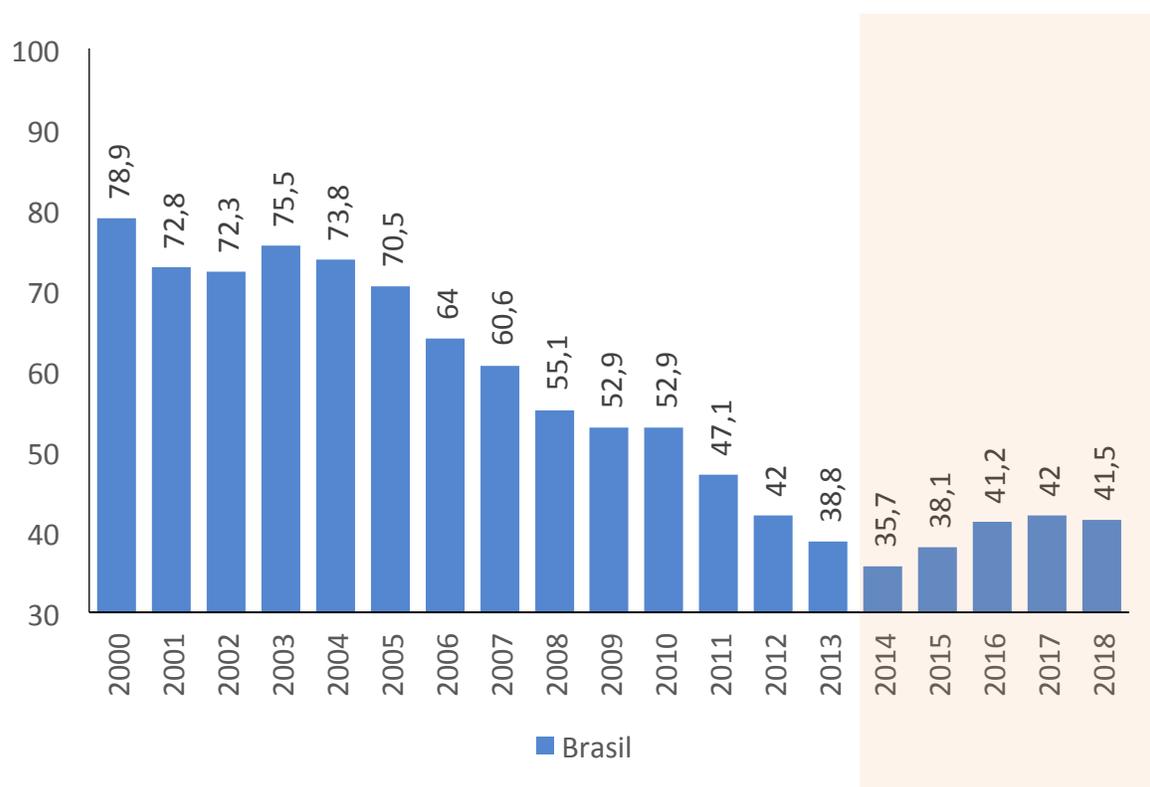
O importante para nós, neste gráfico, é a inversão da tendência: até 2015 a desigualdade estava caindo – as quedas marginais observadas em 2014 e 2015 foram, evidentemente, consequências do período anterior – e, a partir de 2015, volta a subir de forma consistente. Não há mistérios na dinâmica, pois a “Ponte para o Futuro”⁸ e as medidas sucessivas, como a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, implicavam austeridade para os mais pobres, enquanto aumentava as fortunas dos mais ricos. Trata-se aqui de uma das principais características da inversão do modelo. O inimigo, em termos da política econômica dos autores do golpe, era precisamente a dimensão distributiva. A austeridade consiste em transferir recursos para os mais ricos, inclusive com a simplificação errada de que ‘o pobre consome e o rico investe’.

A relação com o gráfico 1, que evidencia a redução do crescimento desde 2013, é muito forte, pois a massa da população, quando dispõe de mais renda, consome, e gera, portanto, mercado para as empresas, que podem dinamizar as vendas e o emprego, gerando por sua vez receita para o Estado sob forma de impostos sobre o consumo e as atividades produtivas, dinamizando a economia no seu conjunto. No caso da concentração de renda no topo o efeito é de ampliação de ganhos financeiros, majoritariamente por meio de aplicações e não de investimento produtivo.

⁸ "Uma ponte para o futuro" foi o programa de governo apresentado por Michel Temer em outubro de 2015.

O comentário de um empresário no *O Estado de São Paulo* é significativo: “Realmente está mais barato eu contratar, mas para que eu vou contratar se não tenho para quem vender?” Na véspera do espriamento pelo mundo do vírus Sars-Cov-2, as empresas no Brasil trabalhavam com 70% da sua capacidade o que, evidentemente, desestimulava qualquer novo investimento. De mais a mais, no topo da pirâmide da riqueza, pouco se consome e pouco se investe, relativamente aos recursos extraídos. É o que na teoria econômica internacional tem-se chamado de ‘*extractive capitalism*’.

Gráfico 3 – Número de pessoas vivendo com até US\$5,50 por dia (2011 PPC) no Brasil – em milhões



Fonte: World Bank – World Development Indicators (WDI). Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW>. Acesso em 16/05/2021.

O gráfico acima, do Banco Mundial, mostra outra imagem da desigualdade, focando desta vez diretamente a capacidade de compra dos mais pobres, pessoas que vivem com menos de US\$5,50 ao dia. Trata-se aqui do conjunto de pessoas abaixo deste nível, não de média: ou seja, envolve inclusive pessoas que estão na miséria. Os avanços aqui são

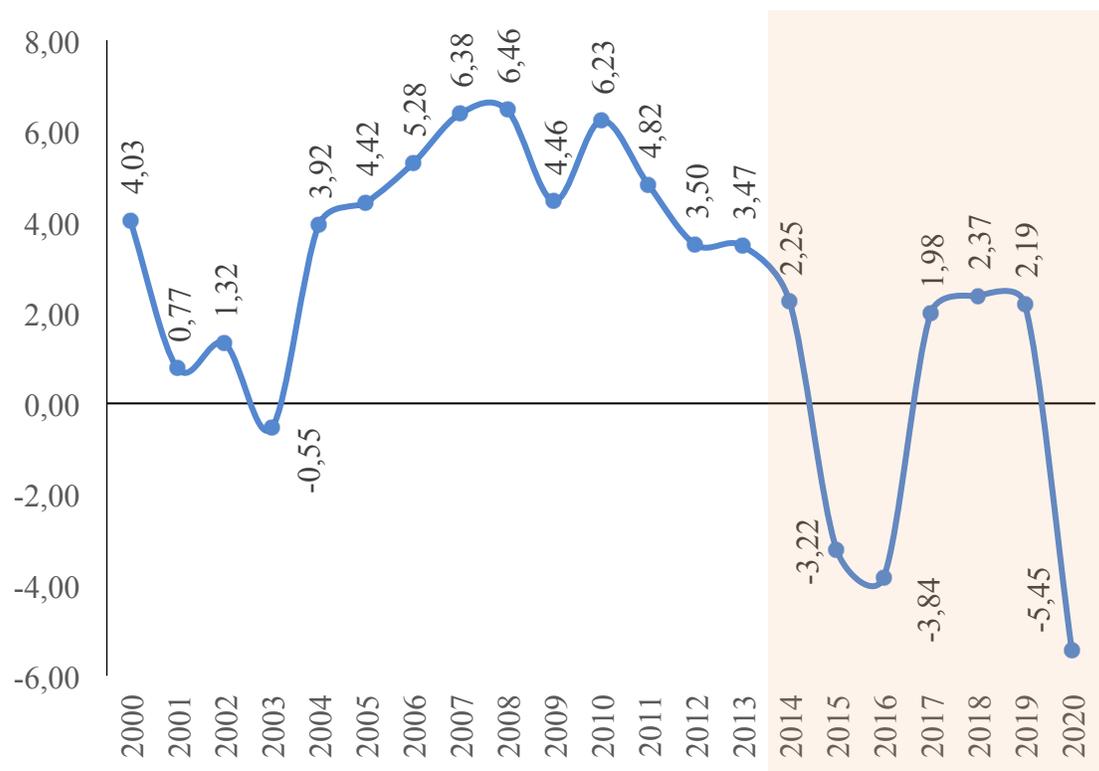
imensos, pois em 2003 havia 75.5 milhões de pessoas nessas condições, e em 2013 eram 38.8 milhões, estendendo-se a redução para 35.7 milhões em 2014.

Há inúmeros estudos que detalham os programas que permitiram este avanço histórico, envolvendo desde a elevação do salário mínimo até evidentemente os programas redistributivos. Em 2006, eram 149 programas federais. O estudo acima mencionado do Banco Mundial considera que “o melhor exemplo de uma política bem desenhada é o Bolsa Família (PBF), um programa de distribuição para famílias pobres que não só contribuiu para reduzir de maneira direta a pobreza, mas também melhorou o acesso dos beneficiários aos serviços básicos, tais como educação pública e seguridade social.”⁹ (World Bank, 2016, p. 33).

O gráfico cobre os dados até 2017 apenas, mas há numerosos outros indicadores, inclusive de elevação da mortalidade infantil, que consolidam o fato principal: a inversão do processo de melhoria de vida da base da população. Entre 2014 e 2019 o número de pobres aumenta 20%. A ‘austeridade’ representou claramente uma apropriação dos recursos do andar de baixo. Note-se aqui que estão sendo também prejudicados os rendimentos da classe média: é uma dinâmica que não aparece no gráfico acima, mas que foi amplamente exposta pelo WID (World Inequality Database), que nos apresenta dados separando o 1% mais rico, os 10% mais ricos, os 40% seguintes como classe média, e os 50% mais pobres.¹⁰

⁹ “The best example of a well-designed policy is the Bolsa Família (PBF), a CCT program to poor families that has not only contributed in a major way to directly reduce poverty, but also improved the access of beneficiaries to basic services, such as public education and social security.” (World Bank, 2016, p.xxxiii). Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/239741467991959045/pdf/106569-SCD-P151691-PUBLIC-non-board-version.pdf> . Acesso em: 25/07/2020.

¹⁰ Ver comentários em <https://dowbor.org/2020/04/thomas-piketty-capital-et-ideologie-seuil-paris-2019-1200-p.html/> . Acesso em: 25/07/2020.

Gráfico 4 – PIB – Consumo das famílias – Var. % a.a.

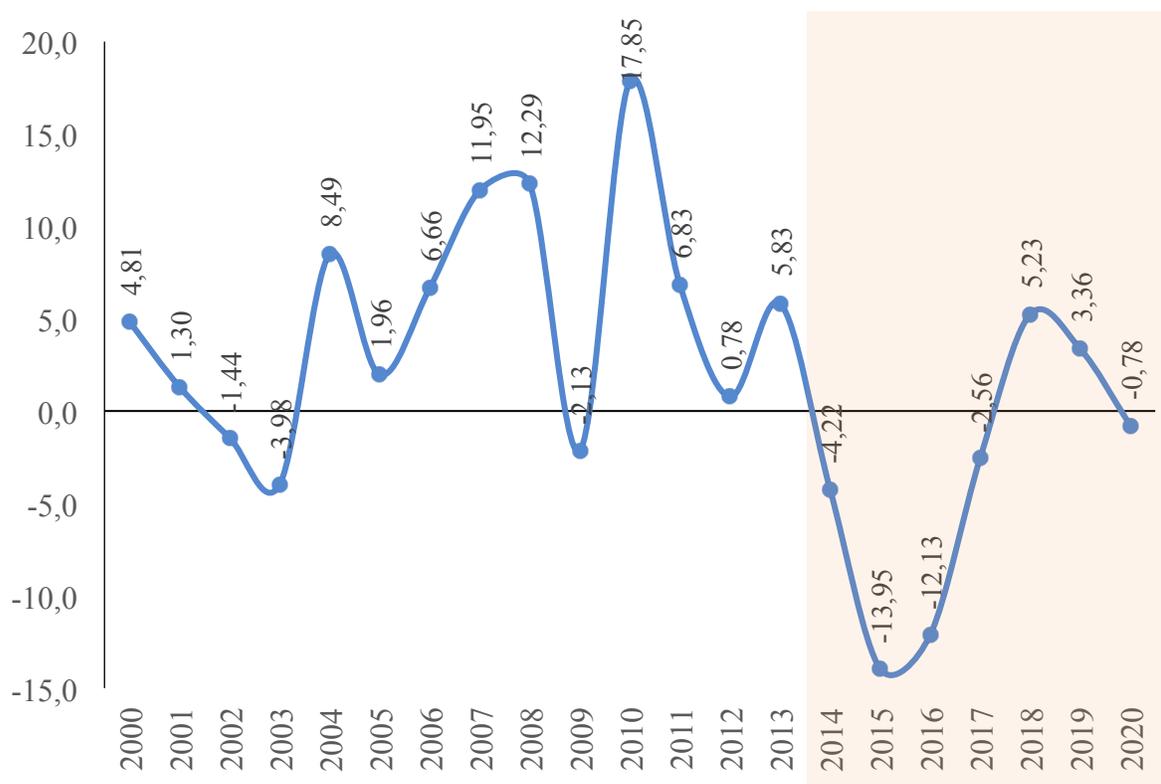
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>. Acesso em 16/05/2021.

Os números acima, referentes ao consumo das famílias, acompanham, com pequenas variações, a evolução do PIB. Constatamos que depois de 2003 o consumo aumenta fortemente, resultado das políticas distributivas no sentido amplo, em particular com o aumento do salário mínimo, crescendo ainda em 2013, 3,47%. O ano de 2014 ainda se mantém positivo, mas fraco, e o consumo cai fortemente em 2015 e 2016, ficando, nos anos seguintes, estabilizado em torno de 2%, mas bem abaixo da fase distributiva: não chega a recuperar a queda dos anos 2015 e 2016. O ano de 2020 já reflete a pandemia, agravando uma tendência de fragilização da economia pelo lado da demanda. No Brasil não tivemos nem política de saúde nem política econômica.

O consumo das famílias, como vimos acima, é essencial para a dinâmica econômica. Em última instância, trata-se do objetivo geral da economia, buscando melhorar

o bem-estar da população. Mas se trata também do principal motor da economia, pois se as famílias têm necessidades, mas não os recursos para satisfazê-las, as empresas reduzem o seu ritmo de produção por falta de mercado, aumentando por sua vez o desemprego, fragilizando o conjunto do ciclo econômico, e em particular as contas públicas. Tanto a fragilização do consumo como a redução do ritmo de produção reduzem as receitas do Estado, gerando o déficit, conforme veremos adiante. Assim, a estagnação econômica em termos de PIB, que vimos no primeiro gráfico, se confirma na evolução do consumo das famílias. Maior apropriação de recursos pelos mais ricos não dinamiza a economia, pelo contrário.

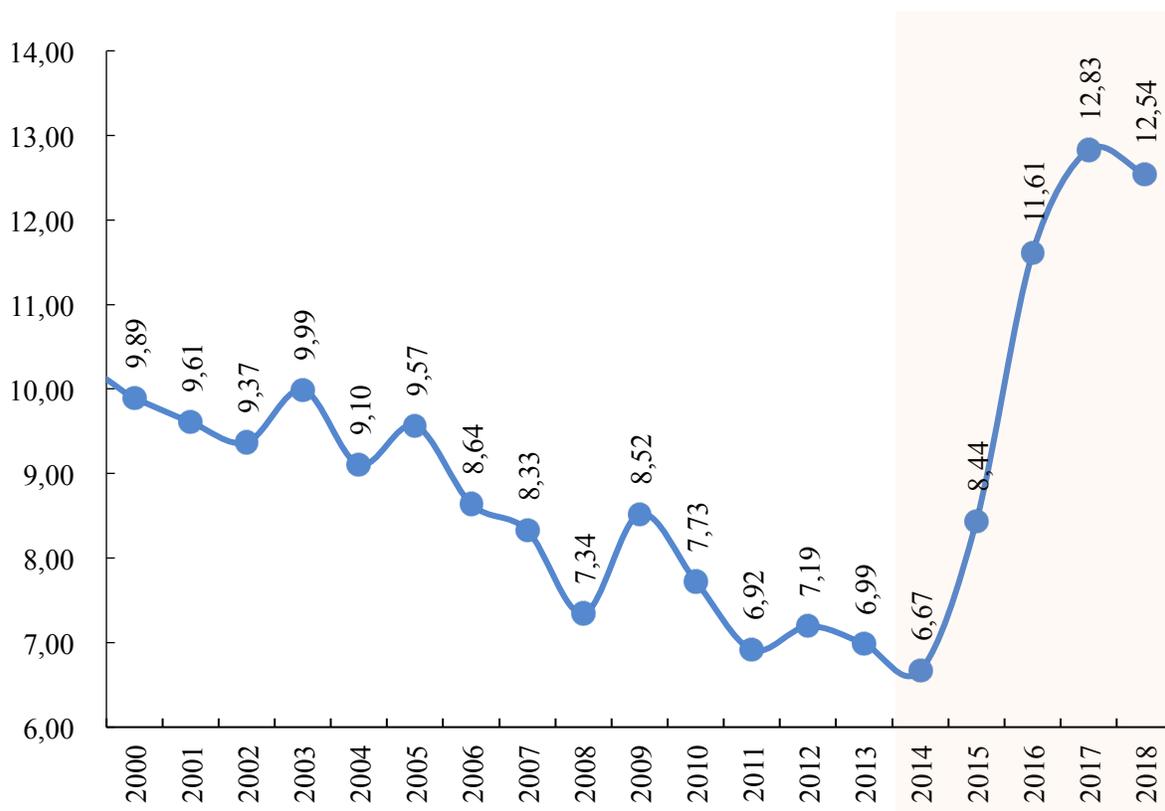
Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo - var.% anual



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>. Acesso em 16/05/2021.

A formação bruta de capital fixo representa os investimentos produtivos no país, diferentemente do que as pessoas e em particular os bancos chamam em geral de “investimentos”, que incluem toda e qualquer atividade especulativa com papéis financeiros. Lembremos que os diversos produtos financeiros ‘rodam’ no mercado em volumes incomparavelmente maiores do que o seu uso efetivo para aumentar a capacidade produtiva do país. Tecnicamente, não se trata neste caso de investimentos, mas de aplicações financeiras. *The Economist* distingue ‘*productive investments*’ e ‘*speculative investments*’ para diferenciar, mas os especuladores em geral preferem se qualificar de investidores. Outros chamam de ‘*financial investments*’. Em francês a diferença entre ‘*investissements*’ e ‘*placements financiers*’ é bem explícita. A diferença é crucial, pois enquanto o investimento produtivo gera desenvolvimento, a aplicação financeira extrai recursos da economia real, no que é qualificado de ‘rentismo’.

No essencial, vemos no gráfico que após uma tendência para queda até 2003, os investimentos se mantêm não só positivos como em taxas relativamente elevadas. Os anos 2011 e 2012 refletem já a guerra com os bancos quando o governo reduziu os juros onde podia, ou seja, nos bancos públicos e na taxa básica. Aqui se confirma claramente que os investimentos não dependem apenas da ‘confiança’, e sim em particular do fato de existir forte demanda por bens e serviços, tanto por parte das famílias que passaram a ter mais dinheiro, como por parte do Estado que passou a investir mais. Esta ‘demanda agregada’, como se conhece em economia, é essencial para a dinâmica do conjunto.

Gráfico 6 – Taxa de desemprego – % da força de trabalho

Fonte: World Bank – World Development Indicators (WDI). Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW>. Acesso em 03/10/2019.

A taxa de desemprego é um dos principais indicadores da evolução da economia. Constatamos que em 2003 era de 9,99%, praticamente 10%, tendo caído até 6,99% em 2013, e 6,67% em 2014. A partir de 2015 o desemprego aumenta radicalmente, atingindo em 2017 um patamar da ordem de 13%, tendo desde então, inclusive em 2019 (não mostrados no gráfico) ficado entre 12% e 13%. Mais uma vez aqui os números se mostram coerentes: os anos de aumento do PIB, do consumo e dos investimentos geraram mais empregos e o retrocesso que resulta da austeridade mantém o país em situação de elevado desemprego. Com a pandemia o processo se agrava evidentemente, processo que não analisamos aqui, mas com um ano de pandemia podemos constatar que a orientação dos

recursos públicos essencialmente para os bancos em vez de para a população (os limitadíssimos 600 reais, e os ridículos 150 reais) fará o efeito recessivo aumentar. Os números do PIB poderão ser positivos, mas se tratará apenas de recuperação de perdas.

Uma agravante que não é mostrada no gráfico 6 é a composição do emprego e do desemprego: enquanto na fase distributiva foram gerados 18 milhões de empregos formais, na fase da austeridade houve um recuo muito maior dos empregos formais, mal compensados pela expansão da informalidade, com a uberização e outras formas de trabalho de sobrevivência, cuja remuneração, segundo o IBGE (Síntese de Indicadores Sociais 2019), é a metade do que corresponde aos empregos formais privados. Como ordem de grandeza, temos em 2019 uma força de trabalho de 105 milhões de pessoas, das quais 40 milhões trabalham na informalidade. Se acrescentarmos os 13 milhões de desempregados (desemprego aberto), são 53 milhões: ou seja, a metade da nossa força de trabalho. Os 33 milhões de empregos formais privados representam apenas 31% da nossa força de trabalho.

A subutilização da nossa capacidade de trabalho no Brasil é salientada com força pelo IBGE com um dos problemas chave do país. Trata-se aqui de uma deformação estrutural da economia e da organização social do país. A falta de oportunidades, em particular dos jovens, é dramática. A subutilização é particularmente absurda se considerarmos que temos uma das maiores extensões de terras paradas ou subutilizadas do mundo, que precisamos de inúmeras atividades de saneamento básico, de manutenção urbana e outras – oportunidades produtivas que não aproveitamos, e que poderiam ter efeitos multiplicadores em termos de desenvolvimento.

Gráfico 7 – Resultado Primário do Governo Central - R\$ milhões nominais

Fonte: Ministério da Economia – Tesouro Nacional – Tabela: série-histórica. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtm> Acesso em 10/05/2021. Ao abrir “Tabela: série histórica” clique em 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Os dados se referem à linha 8.

Uma das principais justificativas para a inversão do modelo foi que a política distributiva e de inclusão quebrou as contas públicas. Como pouquíssimas pessoas acessam os dados reais, nas estatísticas do Tesouro, e como a imprensa comercial raramente apresentou os dados, a realidade é que vender uma narrativa tornou-se fácil. As informações sobre as contas públicas terminaram constituindo um espaço nebuloso para a imensa maioria da população, permitindo a construção de uma autêntica farsa. Tampouco ajudou o fato de uma geração de economistas formados em Chicago tivesse trazido visões simplistas e tecnicamente erradas. Daí a importância das pessoas se apropriarem dos dados das contas públicas, que com um pouco de atenção se mostram muito simples.

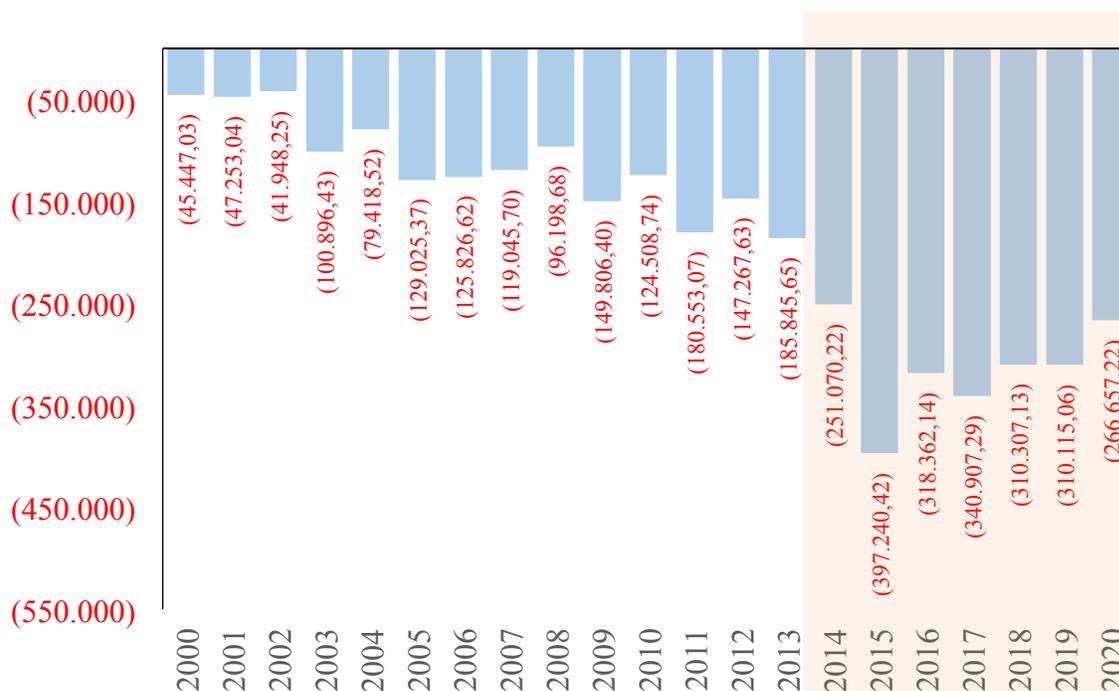
No gráfico 7, transcrição direta dos dados oficiais apresentados no site do Tesouro, vemos o chamado “resultado primário do governo central”. O Tesouro apresenta os dados nominais, portanto valores correntes, o que com a inflação baixa (IPCA entre 5% e 6%) da época, não altera o argumento, e optamos por reproduzi-los tal como a fonte os apresenta. O leigo pode fazer o paralelo com as contas da sua família: os 38,7 bilhões de superávit correspondente a 2003, corresponderiam, na conta da família, ao que sobrou no fim do mês, antes de pagar os juros sobre as suas dívidas. Ou seja, depois de pagar o funcionamento da administração pública, e os investimentos em saúde, educação, segurança, infraestruturas etc., incluindo evidentemente as políticas distributivas como o Bolsa Família, ainda sobraram 38,7 bilhões. Veja-se que entre 2003 e 2013 não há um só ano de déficit, enquanto o ano de transição 2014 apresentou apenas um pequeno déficit de 20 bilhões de reais, menos de meio por cento do PIB, quando as políticas distributivas ainda estavam ativas.

No conjunto, a fase distributiva teve um superávit que chega a 75 bilhões de reais, isso que houve muitos investimentos (qualificados de ‘gastos’ pelos grupos atualmente no poder) em políticas sociais e infraestruturas. Mas a partir de 2015 o déficit explode, e se mantém em patamares elevados até durante 2019. Não entramos aqui na conta de 2020, que reflete a soma das políticas dos custos da austeridade com os custos da pandemia. O contraste radical entre os dois modelos é impressionante, pois o golpe foi em grande parte justificado pela quebra das contas. No modelo atual todos os anos são deficitários, e o déficit supera 100 bilhões de reais, superior ao período da fase distributiva. Em 2020, já com a pandemia, explode literalmente.

As razões são claras: ao estimular o consumo na base da sociedade, o chamado consumo de massa, o próprio consumo gerou receitas para o Estado pelo peso que no Brasil representa o imposto sobre o consumo. As empresas tiveram para quem vender, o que reduziu, como vimos, o desemprego, o que desonera parcialmente a previdência. E as atividades aceleradas das empresas produtivas e do comércio também geraram mais receita para o Estado. Ou seja, em termos de funcionamento do Estado nas suas atividades próprias – independentemente da dívida – a conta fecha no positivo se a atividade econômica é estimulada, lembrando que o principal estímulo, no caso brasileiro, não são as exportações, e sim o consumo das famílias. É o efeito multiplicador do dinheiro na base da sociedade.

Com o progressivo ataque ao que chamava de “gastos”, os grupos no poder realmente ‘gastaram’ menos, mas o fizeram reduzindo a capacidade de compra das famílias, o que esfriou toda a economia, e terminou por reduzir as próprias receitas do Estado, gerando o paradoxo de um Estado que gasta menos e gera um déficit maior. O equilíbrio fiscal ‘primário’ se consegue estimulando as entradas, não reduzindo as saídas. O resultado do modelo de austeridade adotado é que não se obteve nem o bem-estar das famílias nem o equilíbrio fiscal primário, o que foi intensificado em virtude das crises sanitária e econômica resultante da Covid-19.

Esta compreensão se reflete inclusive nas análises do próprio *Financial Times*, que escreve em editorial: “Reformas radicais – invertendo a direção política predominante das últimas quatro décadas – precisarão ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como obrigações, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda; os privilégios dos idosos e dos ricos estarão em questão. As políticas até recentemente consideradas excêntricas, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão que estar presentes na composição” (FT, 04.04.2020). A “direção política predominante nas últimas quatro décadas” envolve precisamente a fase neoliberal. A política econômica atualmente aplicada no Brasil reflete visões ultrapassadas, mas também óbvios interesses financeiros.

Gráfico 8 – Juros Nominais - R\$ milhões

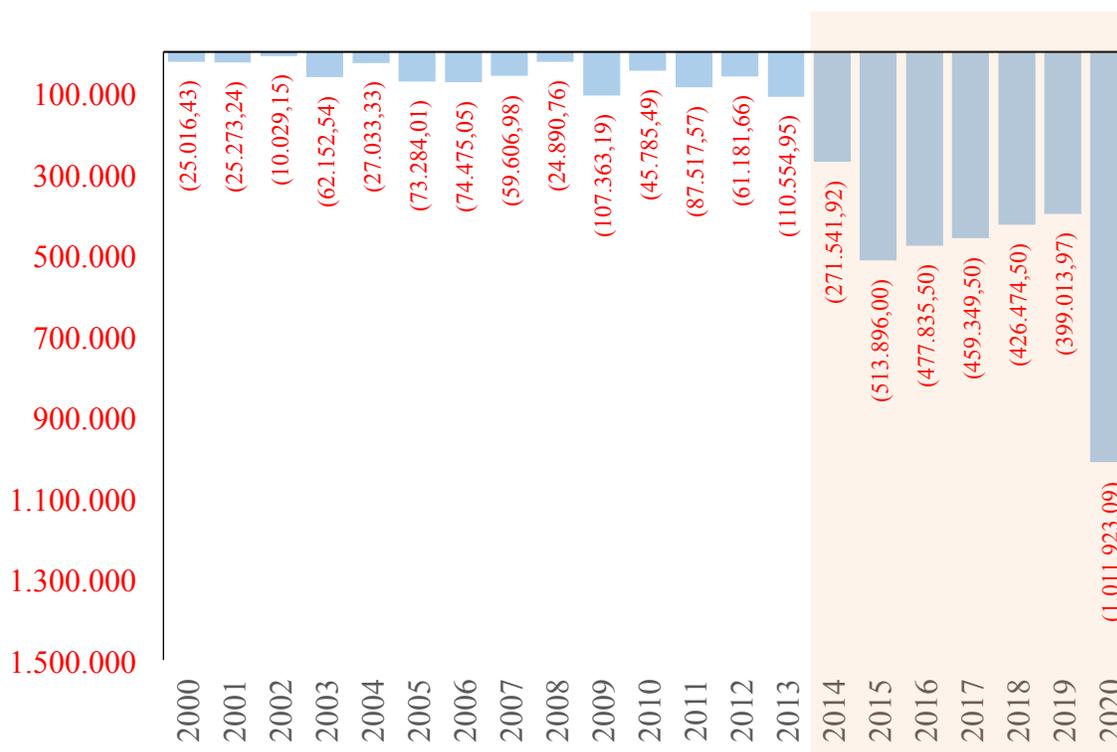
Fonte: Ministério da Economia – Tesouro Nacional – Tabela: série-histórica. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Acesso em 10/05/2021. Ao abrir “Tabela: série histórica” clique em 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Os dados se referem à linha 9.

O gráfico 8 apresenta os dados do governo sobre ‘juros nominais’, ou seja, essencialmente os juros que o governo transfere para o setor privado – bancos, fundos, grandes aplicadores financeiros – em vez de investi-los em saúde, educação, segurança, infraestruturas e semelhantes. São juros sobre a dívida pública. Aqui se trata sim de gastos, e vemos que todas as cifras estão no negativo, em todos os anos. Os montantes são muito elevados, 130 bilhões em média durante a fase distributiva, e 321 bilhões em média na fase mais recente (sem 2020), em que o poder político é essencialmente controlado por grupos ligados aos interesses financeiros, quando não por banqueiros, interessados em se apropriarem de mais recursos públicos.

No essencial, o dreno de recursos dos nossos impostos, transferido para grupos financeiros privados, representou cerca de 4 vezes o Bolsa-Família durante a fase distributiva, e 10 vezes na fase atual. Em 2019, foram transferidos 310 bilhões, apesar da redução da taxa Selic: a taxa caiu, mas incide sobre um montante muito maior, pelo acúmulo de juros não pagos. O dreno continua, muito agravado, evidentemente, pelo

impacto da pandemia. O que pesou efetivamente nas contas públicas, não foram as políticas distributivas e os investimentos sociais, e sim a generosidade para com os aplicadores financeiros, que ganham sem produzir. Em 2020 as transferências foram de 266 bilhões, mas os bancos receberam incomparavelmente mais no quadro da ajuda ligada à pandemia, ajuda que ficou, nos termos do ministro da economia, “empoçada” nos próprios bancos em vez de repassada para as famílias e as empresas.

É importante entender a base estrutural desse endividamento do Estado no Brasil, iniciado em 1995 com a criação da taxa Selic, que tornava muito lucrativo aplicar dinheiro em títulos da dívida pública, que pagavam em 1996 uma taxa astronômica de juros em torno de 25% ao ano, já com inflação baixa. No resto do mundo esta taxa, que oferece segurança e liquidez, raramente ultrapassa 1% ao ano. Tratou-se, naturalmente, de um gigantesco presente para os grupos mais ricos e especuladores que têm recursos para aplicar, provocando inúmeras críticas por parte de economistas como Belluzzo e muitos outros. É uma transferência absurda, e contra produtiva em termos da economia no seu conjunto. Importante notar que essa transferência onerou todos os governos, a partir de 1996. Possibilitou um aumento escandaloso dos lucros dos bancos. O Estado, no Brasil, é literalmente sangrado pelos interesses financeiros.

Gráfico 9 – Resultado Nominal do Governo Central - R\$ milhões nominais

Fonte: Ministério da Economia – Tesouro Nacional – Tabela: série-histórica. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Acesso em 10/05/2021. Ao abrir “Tabela: série histórica” clique em 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Os dados se referem à linha 10.

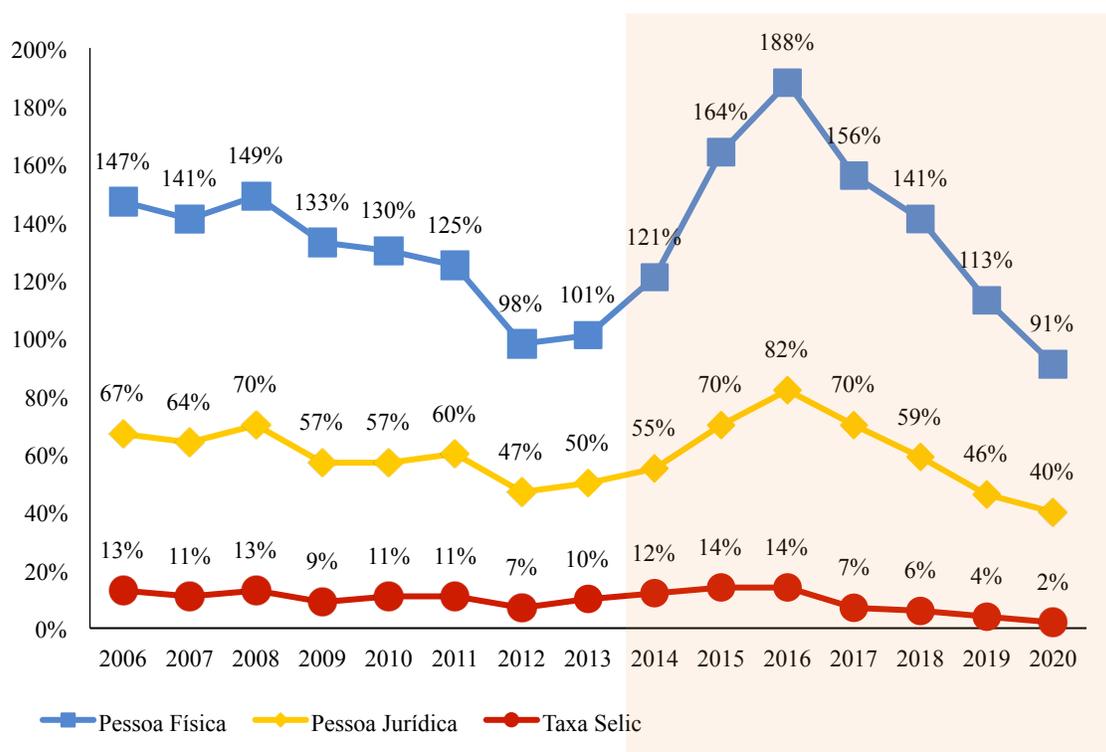
Este nono gráfico apresenta simplesmente o resultado final em termos do déficit gerado. Voltando à imagem da família, enquanto o gráfico do “resultado primário” representa a sua situação no fim do mês depois de pagar as contas, mas sem contar os juros, agora temos o ‘resultado nominal’, o tamanho do rombo depois de pagar os juros da dívida. Todos os anos são deficitários, de 2003 a 2019, pois todos os governos mantiveram o pagamento dos juros, e os juros não pagos aumentaram o estoque da dívida, gerando mais juros, coisa que qualquer pessoa endividada conhece.

A diferença entre a fase distributiva e a fase da austeridade está nos montantes. Na fase distributiva de 2003 a 2013, o déficit das contas públicas (somando resultado primário e juros nominais) foraramente superou os 100 bilhões, na fase da chamada austeridade supera os 400 bilhões, inclusive em 2019, antes de qualquer impacto da pandemia, isso depois de vários anos de “Ponte para o Futuro”, Teto de Gastos, quebra de direitos trabalhistas, travamento da Previdência, privatizações e outros desmandos. É importante

notar que a quebra das contas públicas se dá muito antes da pandemia, sendo que em 2020 a situação se torna muito mais grave.

O dreno dos recursos públicos paralisa em grande parte a economia, pois o Estado representa cerca de um terço do PIB, com recursos que sendo apropriados pelos grupos financeiros reduzem a capacidade de investimento do Estado (políticas sociais e infraestruturas) sem aumento correspondente de investimento produtivo privado. O rentismo financeiro esteriliza os recursos públicos e paralisa a economia. Isso é por sua vez agravado pelo dreno da capacidade de consumo das famílias e de financiamento da produção, devido aos juros sobre o setor privado da economia.

Gráfico 10 – Taxas de Juros (% a.a.)



Fonte: Para pessoa física e pessoa jurídica, ANEFAC – Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis - <https://www.anefac.org/pesquisa-de-juros> . Para Taxa Selic, Banco Central do Brasil. Acesso em 16/05/2021. Ver também <https://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic/valores-historicos>

As taxas de juros no Brasil constituem uma aberração, e caracterizam agiotagem generalizada. No gráfico 10, vemos que a taxa média para pessoa física está situada em média bem acima de 100%, com ligeira queda nos anos de 2012 e 2013, quando Dilma tenta reduzi-los, e voltam a subir fortemente com a inversão das políticas econômicas. Os juros sobre crédito para pessoa física na Europa raramente ultrapassam 5% ao ano, a ordem de grandeza geral no Brasil, próxima de 100%, espanta economistas internacionais. Na apresentação no gráfico acima, as médias internacionais praticamente desapareceriam, coladas ao limite de baixo. O silêncio da mídia e dos economistas e consultores dos grupos financeiros é compreensível, mas vergonhoso. Este nível absurdo de juros dura desde os anos 1990, e caracteriza todos os governos até hoje, pesando muito inclusive sobre os governos Lula e Dilma. Nos anos 1990, controlou-se a hiperinflação, mas não as taxas de juros.

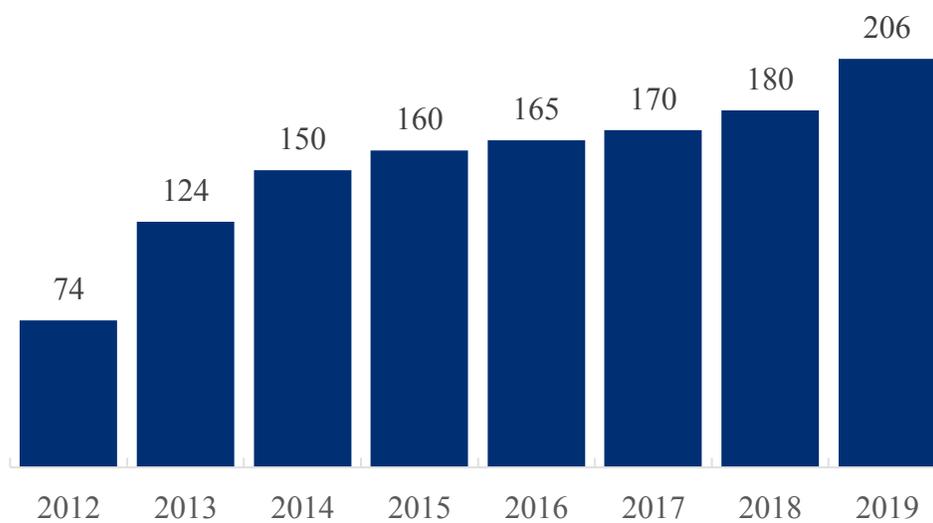
A agiotagem generalizada dos grandes bancos, inclusive públicos, atinge em particular a massa da população. Segundo o *Relatório de Inclusão Financeira 2015*, do Banco Central, “o grupo de tomadores de menor renda, com até três salários mínimos (3SM), passou a ser o mais representativo em número de tomadores e o segundo maior em volume de crédito. Do total de 56 milhões de tomadores de crédito em 2014, 34 milhões estavam na faixa de renda de até 3SM. A representatividade desse segmento pede atenção especial sobre os indicadores de endividamento, comprometimento de renda e de inadimplência, não só pela preocupação com a estabilidade do sistema financeiro, mas também pela preocupação com a saúde financeira do cidadão. O grupo de tomadores de até 3SM apresentou em 2014 o maior percentual de comprometimento de renda (razão entre serviço da dívida e a renda), chegando a 24% em média. Cabe ressaltar que 13,2 milhões de tomadores desse segmento têm mais de 50% de sua renda comprometida com o serviço da dívida” (Banco Central, 2015, p.11).

Em 2018, encontramos este comentário lacônico do mesmo relatório, que a partir de 2018 foi renomeado como *Relatório de Cidadania Financeira*: “É preciso que se caminhe em direção a um diálogo mais ativo, próximo e construtivo entre os brasileiros sobre o funcionamento de seu sistema financeiro” (Banco Central, 2018, p.41). Tomando o ano de 2016 como referência, o jornal *O Estado de São Paulo*, consultando diversas financeiras, estimou o dreno financeiro sobre o setor privado, somando o que é extraído das famílias e

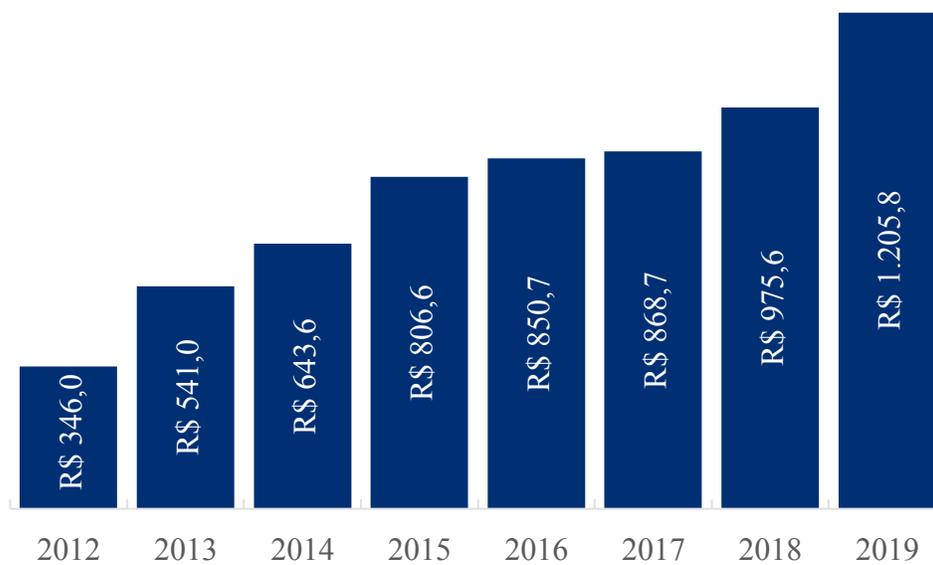
das empresas, em 1 trilhão de reais, na época 16% do PIB (OESP, 16.12.2016). Detalhamos esses números no *A Era do Capital Improdutivo* (Dowbor, 2019). Isso representa uma enorme esterilização das capacidades produtivas do país. Dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) referentes a junho de 2020 mostram que 60,9 milhões de brasileiros apresentavam dívidas em atraso, equivalentes a 38,7% da população adulta do país. Pessoas que não conseguem pagar as suas dívidas naturalmente encontram-se em dificuldades para expandir o seu consumo, travando a economia pela base. Muitas sequer conseguem pagar as contas de água e luz.

Manter esse nível de juros quando famílias e empresas encontram-se em grandes dificuldades com a pandemia, e se vêm obrigadas a recorrer ao crédito a qualquer custo, caracteriza extorsão, e explica o forte crescimento das fortunas de bilionários, em plena pandemia, com a economia em queda. Entre 18 de março e 12 de julho de 2020, segundo a Oxfam, 42 bilionários brasileiros aumentaram as suas fortunas em 180 bilhões de reais, equivalentes a 6 anos de bolsa família, em 4 meses, para 42 pessoas. (Oxfam, 2020)

É essencial a compreensão dessa ampliação da apropriação do excedente social por meio do endividamento das famílias. A exploração salarial continua sendo importante, mas para explorar um empregado o empresário precisa pelo menos assegurar-lhe um emprego. No caso do endividamento, por exemplo com o uso do cartão (tarifas e juros) ou dos crediários, é toda a população que é atingida, inclusive os 40 milhões de trabalhadores informais e os 13 milhões de desempregados. Lembremos que neste país de 212 milhões habitantes, temos apenas 33 milhões de empregados formais no setor privado, além de 11 milhões de empregados públicos. A exploração por mecanismos financeiros atinge praticamente a todos, e em particular justamente os que ganham até 3 salários mínimos, como ressaltava o Banco Central, aumentando a desigualdade, e reduzindo fortemente o estímulo à economia que representaram as políticas distributivas. A situação é particularmente absurda quando vemos que as empresas estão trabalhando, como ordem de grandeza, com apenas 70% da sua capacidade. O dinheiro que vai para grupos financeiros não representa demanda para as empresas produtivas, o que agrava a desindustrialização.

Gráfico 11 – Número total de bilionários no Brasil

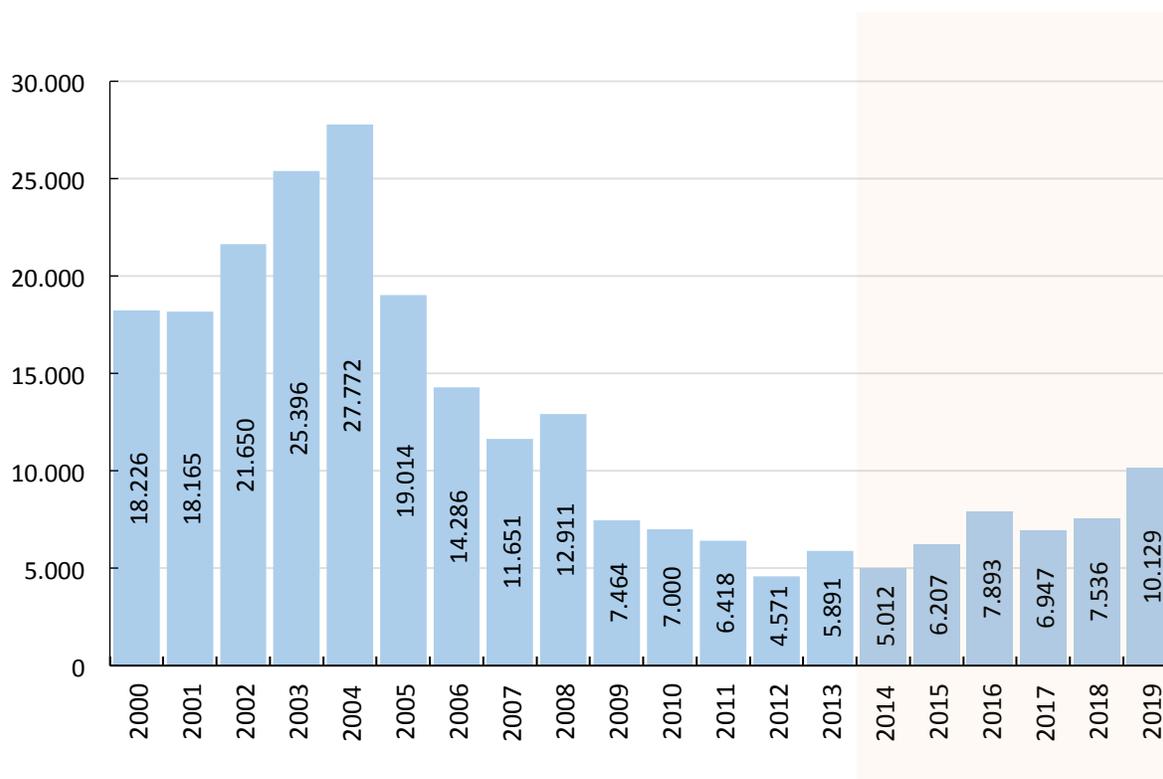
Fonte: Forbes, 2020, p.108

Gráfico 12 – Valor dos Patrimônios Somados - Bilhões de R\$

Fonte: Forbes, 2020, p.108

Se por um lado as famílias e as empresas produtivas se atolam em dívidas, o que trava a sua capacidade de consumo e de produção, os lucros financeiros, extraídos essencialmente pelas taxas de juros elevadíssimas (nos bancos e nos crediários) e por dividendos, aumentam de forma exponencial. Em 2012 o Brasil tinha 74 bilionários, com fortunas acumuladas de 346 bilhões. Em 2019 o número de bilionários subiu para 206, com fortunas acumuladas de 1,2 trilhão de reais, enquanto a economia, conforme vimos, está paralisada. Só entre 2018 e 2019, como vimos acima, essas fortunas aumentaram em 230 bilhões, equivalentes a 8 vezes o Bolsa-Família. Tal aumento de fortunas frente a uma economia parada representa precisamente o ‘capitalismo extrativo’, e é coerente com a queda do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo vistas nos gráficos anteriores. Lembremos ainda o fato essencial de que lucros e dividendos distribuídos no Brasil são isentos de impostos desde 1995. Trata-se de um modelo sistemicamente disfuncional.

Gráfico 13 – Taxa Desmatamento da Amazônia - km²



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)/ PRODES. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em 14/06/2020.

Acrescentamos aqui o gráfico sobre o desmatamento da Amazônia, pois a dimensão ambiental é hoje essencial, e precisa fazer parte de qualquer análise econômica. Constatamos que o desmatamento da floresta amazônica vinha subindo, do ano 2000 até 2004, quando se atingiu um trágico 28 mil quilômetros quadrados, área do tamanho da Bélgica. Com a implementação de políticas de proteção ambiental, e em particular a renegociação com os grandes grupos comerciais e financeiros interessados, nacionais e internacionais, o desmatamento foi caindo sistematicamente, para se estabilizar em torno de 5 mil quilômetros quadrados nos anos 2012 e 2013 ainda um desastre, mas um gigantesco avanço. A partir de 2015, com a erosão da capacidade de controle do Estado, e frequentemente conivência com atividades criminosas, o desmatamento volta a subir, e literalmente explode na fase mais recente, com o governo federal incitando abertamente a invasão e o desrespeito às leis.

A justificativa de que “precisamos das terras para produzir” é absurda: o Brasil tem 225 milhões de hectares de terra disponível para agricultura, com água, e ocupa efetivamente, somando lavoura temporária e permanente, apenas 63 milhões de hectares, segundo o censo agrícola de 2017. São cerca de 160 milhões de hectares, 1,6 milhão de quilômetros quadrados, parados ou subutilizados com pecuária extensiva. Trata-se de cinco vezes o território da Itália. A subutilização da terra no Brasil é gigantesca, é a maior reserva de solo agrícola do mundo, junto com as savanas africanas.

O poder político por trás da invasão constitui um ‘cluster’, uma convergência de interesses: das madeireiras interessadas na exportação de madeira nobre, às plantações de soja em cima do solo já desmatado e fertilizado com as cinzas das queimadas, até a pecuária extensiva (menos de um boi por hectare) no solo parcialmente esterilizado pela monocultura, excessos de produtos químicos e erosão. Formou-se um ‘arco do fogo’ do Pará ao Acre, apoiado por uma bancada ruralista poderosa no Congresso e nos governos estaduais. Como se trata de commodities, o conjunto é fortemente articulado com os gigantescos *traders* financeiros, essencialmente sediados na Suíça. É importante ver como convergem os interesses econômicos de produção de commodities com os grupos internacionais de *traders* que os financiam e comercializam, e os representantes políticos

eleitos com o mesmo dinheiro e que garantem a ausência de regulação. Não se pode mais separar interesses nacionais e internacionais, econômicos e políticos.

O desmatamento da Amazônia, que gera um volume limitado de divisas, como todos os bens primários, paga poucos impostos e prejudica dramaticamente o meio-ambiente, contribuindo para a péssima imagem dos produtos brasileiros nos mercados internacionais. Trata-se de políticas de lucro de curto prazo e de busca de vantagens que descapitalizam o país. Associar demagogicamente a destruição da Amazônia a uma visão nacionalista, quando não patriótica, é simplesmente vergonhoso.

Conclusão

O conjunto de indicadores acima apresentados mostra claramente a inversão do modelo a partir de 2014. Dois argumentos de interpretação se destacam. O primeiro, é de que o sucesso da fase distributiva da economia, de 2003 a 2013, a chamada “década dourada” da economia, teria resultado de preços favoráveis no mercado de commodities, portanto ganhos nas exportações. O argumento não se segura, pois como vimos as exportações representam no Brasil 10% do PIB, ficando a dinamização da economia dependente do mercado interno numa ordem de 90%. Isso se evidenciou com força em particular pelo fato do Brasil ter enfrentado com facilidade a crise de 2008, que tanto afetou o comércio internacional. O próprio Banco Mundial refuta o argumento com ênfase: “Alguns brasileiros se perguntam agora se os ganhos da década passada não teriam sido uma ilusão, criada pelo boom de commodities, mas insustentável no presente ambiente internacional menos favorável. A resposta providenciada neste Systematic Country Diagnostic (SCD) é um ‘Não’ qualificado” (World Bank, 2016, p.xxii).¹¹ Tem também imensa importância o fato de a fase distributiva ter gerado desenvolvimento essencialmente com recursos internos, tendo transformado os ganhos nas exportações em reservas cambiais, que atingiram o montante da ordem de 380 bilhões dólares. O Brasil se tornou credor, e não mais devedor, do Fundo Monetário Internacional. Não foram dólares que geraram os avanços impressionantes da fase distributiva.

¹¹ “Some Brazilians are now asking whether the gains of the past decade might have been an illusion, created by the commodity boom, but unsustainable in today’s less forgiving international environment. The answer provided in this Systematic Country Diagnostic (SCD) is a qualified ‘No’ “ (World Bank, 2016, p. xxii).

A dinâmica positiva, portanto, resultou essencialmente das transformações internas da economia. Os mecanismos são conhecidos. O repasse de mais recursos na fase distributiva, entre 2003 e 2013, gerou mais demanda, o que para um país com o parque de produção subutilizado, com ampla capacidade ociosa, permite dinamizar a produção e o emprego sem gerar inflação. A ampliação do consumo e da produção gera por sua vez fluxos ampliados de receita para o Estado, não por obra de qualquer mágica monetária, mas porque os insumos injetados na economia pelas políticas públicas potencializaram as capacidades de consumo e de produção preexistentes. A ampliação das receitas do Estado permitiu por sua vez assegurar a expansão dos investimentos nas políticas sociais (educação, saúde, segurança e outros setores) e renovados investimentos em infraestruturas. As políticas sociais melhoram o bem-estar das famílias pelo lado do acesso a bens e serviços de consumo coletivo, enquanto os investimentos em infraestruturas melhoram a produtividade das empresas. O ciclo se torna sustentável.

A ruptura desse ciclo virtuoso no Brasil constitui um *show-case* do processo de financeirização, de como as novas formas de apropriação do excedente social por parte de um capital improdutivo travam a demanda agregada, o emprego, a produção empresarial e os investimentos públicos. A narrativa que se vendeu ao país, é de que a crise atual foi gerada por um excesso populista de ‘gastos’ com políticas sociais, com a caricatural apresentação do Estado como sendo obrigado a se comportar como uma boa dona de casa que gasta apenas o que tem, vestindo o golpe e a reversão política e econômica com o manto de ‘austeridade’ e de ‘gestão responsável’ que visa antes de tudo o equilíbrio das contas.

Frente à narrativa, nada como os fatos. Estamos já no sétimo ano de economia paralisada, os lucros financeiros continuam explodindo, e a própria redução das políticas sociais se transformou no enriquecimento no topo da sociedade. Os recursos mobilizados para enfrentar a pandemia em 2020, cerca de 16% do PIB, portanto muito significativos, foram parar essencialmente nos bancos, de onde filtram migalhas. O capitalismo produtivo que conhecíamos, que podia ser criticado pela exploração dos trabalhadores, mas que gerava produtos, empregos e impostos, foi em grande parte substituído por rentistas poderosos tanto em termos financeiros como políticos, e com amplas conexões internacionais. É o reino dos juros e dos dividendos, do opaco mundo das finanças

planetárias, que no Brasil adquiriu dimensões grotescas. O que funciona não é satisfazer ‘os mercados’, e sim orientar a economia para o bem-estar das famílias. O Brasil não é um país pobre, e no essencial os seus problemas não são de falta de recursos, e sim de organização política e social.

Gráficos

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Var. % a.a.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>

Gráfico 2 – Coeficiente de Gini: desigualdade de renda

Fonte: World Bank. World Development Indicators (WDI). Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW>

Gráfico 3 – Número de pessoas vivendo com até US\$5,50 por dia (2011 PPC) no Brasil – em milhões

Fonte: World Bank – World Development Indicators (WDI). Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW>

Gráfico 4 – PIB – Consumo das famílias – Var. % a.a.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>

Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo - var.% anual

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>

Gráfico 6 – Taxa de desemprego – % da força de trabalho

Fonte: World Bank – World Development Indicators (WDI). Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW>

Gráfico 7 – Resultado Primário do Governo Central - R\$ milhões nominais

Fonte: Ministério da Economia – Tesouro Nacional – Tabela: série-histórica. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Ao abrir “Tabela: série histórica” clique em 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Os dados se referem à linha 8.

Gráfico 8 – Juros Nominais - R\$ milhões

Fonte: Ministério da Economia – Tesouro Nacional – Tabela: série-histórica. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Ao abrir “Tabela: série histórica” clique em 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Os dados se referem à linha 9.

Gráfico 9 – Resultado Nominal do Governo Central - R\$ milhões

Fonte: Ministério da Economia – Tesouro Nacional – Tabela: série-histórica. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Ao abrir “Tabela: série histórica” clique em 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Os dados se referem à linha 10.

Gráfico 10 – Taxas de Juros (% a.a.)

Fonte: Para pessoa física e pessoa jurídica, ANEFAC – Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis - <https://www.anefac.org/pesquisa-de-juros> Para Taxa Selic, Banco Central do Brasil. Ver também <https://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic/valores-historicos>

Gráfico 11 – Número total de bilionários no Brasil e Gráfico 12 – Valor dos Patrimônios Somados - Bilhões de R\$, Fonte: Forbes, 2020, p.108

Gráfico 13 – Taxa Desmatamento da Amazônia - km²

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)/ PRODES. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTÁBEIS (ANEFAC). *Pesquisa mensal de juros*. São Paulo: ANEFAC. Disponível em <https://www.anefac.org/pesquisa-de-juros>. Acesso em 13/06/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inclusão Financeira (RIF)*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/RIF2015.pdf. Acesso em 13/06/2020.

_____. *Relatório de Cidadania Financeira 2018*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/nor/reincidfin/index.html> https://www.bcb.gov.br/Nor/reincidfin/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso em 20/07/2020.

_____. *Sistema Gerenciador de Séries Temporais - Taxa Selic*. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>. Acesso em 16/05/2021.

BBC WORLD NEWS. What Happened to Brazil? *BBC World News*, Londres, 2019. Disponível em <https://www.bbc.co.uk/programmes/n3ct5frg> Acesso em 25/07/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Síntese de indicadores: Algumas considerações sobre os resultados do PIB no primeiro trimestre de 2020*. São Paulo: DIEESE, 2020. Disponível em <https://dowbor.org/2020/06/diese-sintese-de-indicadores-algumas-consideracoes-sobre-os-resultados-do- PIB-no-1o-trimestre-de-2020-3p.html/> Acesso em 20/06/2020.

DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras e Autonomia Literária, 2018. Disponível em <https://dowbor.org/2017/06/1-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p.html/> Acesso em 20/06/2020.

FINANCIAL TIMES. Virus lays bare the frailty of the social contract. *Financial Times* editorial, Londres, 04.04.2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca> / Tradução César Locatelli/Carta Maior em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Virus-desnuda-a-fragilidade-do-contrato-social/7/47055> . Acesso em 13/06/2020.

FORBES. Mais de 200 bilionários brasileiros: o ranking definitivo dos mais ricos do país. *Forbes*, Edição Especial 71, Nova Iorque, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em <https://bit.ly/2LT6T4I>. Acesso em 16/05/2021.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais 2019*: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> . Acesso em 01/05/2020

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE)/ PRODES, 2019. *Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite*. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> . Acesso em 14/06/2020.

MINISTÉRIO DA FAZENDA – Tesouro Nacional. *Resultado do tesouro nacional*: Tabela série-histórica - Tabela 2.1 – Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual. Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Acesso em 10/05/2021. Para acessar os dados clicar em “Tabela: Série histórica”. Tabela 2.1.

OXFAM – *Quem paga a conta?* – Julho 2020 - https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms_files_115321_15997803591595622094Nota_informativa_da_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf

SALOMÃO, Alexa. “Crise de crédito tira 1trilhão da economia e piora recessão”. *O Estado de S. Paulo*, Economia & Negócios, São Paulo, 18/12/2016. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-de-credito-tirou-r-1-trilhao-da-economia-e-aprofunda-a-recessao,10000095229> . Acesso em 11/05/2021.

WORLD INEQUALITY DATABASE (WID). *World Inequality Database*. Disponível em <https://wid.world/country/brazil/> Acesso em 20/06/2020.

WORLD BANK. *Retaking the path to inclusion, growth and sustainability: Brazil Systematic Country Diagnostic*. Washington, DC: Word Bank Group, jun. 2016. Disponível

em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/239741467991959045/pdf/106569-SCD-P151691-PUBLIC-non-board-version.pdf> Acesso em 03/10/2019.

. *World Development indicators*. Washington, DC: Word Bank Group, 2021.
Disponível em <http://bit.ly/2BNa4FW> . Acesso em 16/05/2021.